

Ortodoxia e heterodoxia

Cad - econ. pba

27 FEV

1992

ESTADO DE SÃO PAULO

SÉRGIO AMAD COSTA

Há freqüentemente nos noticiários referências a caminhos ortodoxos e heterodoxos em nossa economia. Mas aí vêm as perguntas: afinal de contas, que significam essas linhas na política econômica? Elas fazem diferença para os nossos salários ou para os nossos lucros? Ou se trata de mais um "papo-cabeça" de acadêmicos alheios à realidade do dia-a-dia?

Embora sejam termos vagos — ortodoxia e heterodoxia —, referem-se a condutas de governo, que afetam, sim, diretamente todos nós. É conversa séria e não divagações puramente teóricas. Essa discussão remonta a um debate antigo sobre posições econômicas, nos anos 60. Na época, falava-se muito em monetarismo e estruturalismo. Os monetaristas estavam representados principalmente na Escola de Chicago, enquanto os estruturalistas tinham seu principal centro na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Os anos correram e, aos poucos, os que eram chamados de monetaristas passaram a ser conhecidos por ortodoxos e os apontados como estruturalistas se transformaram em heterodoxos. É possível distinguir, sucintamente, suas principais linhas de ação.

A ortodoxia econômica é contra a moratória da dívida externa e concorda com os programas defendidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); prega a diminuição



do papel do Estado na economia, no que concerne às atividades produtivas; sustenta o fim do exagero do protecionismo nas fronteiras do mercado; acredita que a abertura da economia cria a concorrência entre os produtos que, por sua vez, desenvolve tecnologia, melhora a qualidade das mercadorias e reduz seus preços.

O modelo ortodoxo também nega o congelamento de preços e salários como meio adequado para conter a inflação, pois julga que ele não atinge a sua verdadeira causa; aponta, como principal gerador da inflação, o crescimento desordenado do estoque de moeda para cobrir o déficit do governo; entende, também, que a economia cresce somente quando há liberdade para a ação de seus agentes, mediante a livre negociação de salários e preços, possibilitando o equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços.

Já os heterodoxos, ao contrário, admitem, variando no grau de intensidade, a intervenção do Estado na economia; congelamento de preços e salários para conter processos inflacionários; protecionismo nas fronteiras do mercado; moratória da dívida externa; e controle nas negociações de preços e salários.

Praticamente todos os planos no Brasil, durante a década de 80, assim como os Planos Collor 1 e 2, foram, com maior ou menor ênfase, norteados pela heterodoxia econômica. Porém, hoje, o Brasil está sendo conduzido, pelo menos até agora, pela ortodoxia econômica. A saída, que a atual equipe do governo está procurando dar para a nossa crise, segue, em linhas gerais, o caminho do liberalismo (como também é chamada a ortodoxia).

Mas, vale lembrar, há economias que, embora tenham o

aval do FMI, não adotam, ao pé da letra, a ortodoxia. É o caso da Argentina, desde 1991.

O que impede de qualificar o plano de Domingo Felipe Calvallo como totalmente ortodoxo é o fato de que ele dolarizou a economia, com a taxa de câmbio fixa e a conversibilidade da moeda estabelecidas por lei. No liberalismo, o câmbio seria mantido livre, da mesma forma que os preços. Mas, de resto, a Argentina hoje pratica na sua economia os princípios ortodoxos.

Ser ortodoxo ou heterodoxo não é uma questão de "estilo de vida", como alguns pensam. Sem dúvida, são rótulos, mas não como quaisquer outros. Por trás desses termos, há uma série de medidas que mexem diretamente com o bolso de todos nós.

■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.

